

Banco Andbank (Brasil) S.A

**Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Financeiras	7
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

Em 30 de junho de 2016, o Banco, no individual e consolidado, apresentou prejuízo no semestre de R\$ 1.965 mil, contra um lucro de R\$ 10.391 mil apresentado no 1º semestre de 2015. O resultado referente ao 1º semestre de 2015 é decorrente da constituição de créditos tributários em razão da reestruturação e transferência de controle acionário do Banco que foi aprovado pelo Banco Central no dia 08 de janeiro de 2015. O “Banco” pretende se consolidar no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas, assim a atuação do Andbank Brasil terá características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$ 230.890 (2015 - R\$ 90.336 mil) e consolidado R\$ 238.407 e é representado principalmente por:

Descrição	2016		2015	
	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.354	47.722	10.170	-
Aplicações Financeiras de Liquidez	-	6.881	-	-
Títulos e valores mobiliários	40.187	40.187	30.103	-
Operações de crédito	11.938	11.938	14.635	-
Outros créditos	116.870	117.533	29.699	-

- Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido no final do semestre foi de R\$ 97.435 mil (2015 - R\$ 59.216 mil) e consolidado R\$ 97.435 mil composto da seguinte maneira:

Descrição	2016		2015	
	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
Capital social	123.285	123.285	83.285	-
Reservas de capital	95	95	95	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(12)	(12)	816	-
Prejuízo Acumulado	(25.933)	(25.933)	(24.980)	-

- Agência de Rating**

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos.

<u>Agência</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
FITCH RATINGS (*)	F3	BBB

(*) Atualizado em junho 2016.

Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no 1º semestre de 2016, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do “Banco” aos atuais 10,5% (PR 9,875% + ACP 0,625%), definidos pelo referido Órgão regulador.

<u>2016</u>	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PL Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
Janeiro	81.097	12.254	65,35%
Fevereiro	80.372	15.453	51,36%
Março	80.249	15.398	51,47%
Abril	79.730	12.732	61,84%
Maior	79.205	15.188	51,49%
Junho	80.935	14.683	54,43%
Média			55,99%

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco Andbank (Brasil) S.A aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução CMN nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008 a Resolução CMN nº 3.380/06, passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional, para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

- **Risco de mercado**

O Gerenciamento de Risco de Mercado, no “Banco”, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo “Banco”

A área de Risco é responsável por acompanhar, monitorar as informações de risco compiladas pela Tesouraria, de forma a assegurar que essas informações estejam em consonância com as normas estabelecidas pelo BACEN, executar simulação de novas operações e análise de Stress e Cenários conforme estabelecido em Política de Risco de Mercado. O primeiro passo para o cálculo do V@R (Valor a Risco) é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do “Banco”, o processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Risco de crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco. O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo “Banco” e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

- **Risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução CMN 4.090 de 24/05/2012.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que a Instituição tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional, risco de mercado e de liquidez encontram-se a disposição na sede da Instituição.

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O “Banco” conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política

“conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o “Banco” e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, dos serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 17 de novembro de 2016

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco e de suas controladas. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 17 de novembro de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Individual		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		158.571	31.625	167.315	-	Circulante		114.208	13.146	121.725	-
Disponibilidades	4	206	10.170	260	-	Depósitos	13	103.862	9.572	103.862	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	46.148	-	54.343	-	Depósitos à vista		2.997	1.265	2.997	-
Aplicações no mercado aberto		46.148	-	54.343	-	Depósitos a prazo		100.865	8.307	100.865	-
Títulos e valores mobiliários	5	16.714	8.878	16.714	-	Outras obrigações		10.346	3.574	17.863	-
Carteira própria		16.714	8.878	16.714	-	Cobrança e arrecadação de tributos		1.227	602	1.227	-
Relações interfinanceiras	6	39	1.297	39	-	Sociais e Estatutárias		-	892	-	-
Créditos vinculados		39	1.297	39	-	Negociação e intermediação de valores		-	-	6.881	-
Operações de crédito		1.953	5.169	1.953	-	Fiscais e previdenciárias	14.a	1.433	862	1.720	-
Setor público	7	550	863	550	-	Diversas	14.b	7.686	1.218	8.035	-
Setor privado	7	2.772	4.345	2.772	-	Exigível a longo prazo		19.247	17.974	19.247	-
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	(1.369)	(39)	(1.369)	-	Depósitos	13	13.560	11.834	13.560	-
Outros créditos		90.345	2.898	90.829	-	Depósitos a prazo		13.560	11.834	13.560	-
Rendas a receber	9.a	234	538	687	-	Outras obrigações		5.687	6.140	5.687	-
Diversos	9.b	90.111	2.360	90.142	-	Fiscais e previdenciárias	14.a	272	255	272	-
Outros valores e bens		3.166	3.213	3.177	-	Diversas	14.b	5.415	5.885	5.415	-
Outros valores e bens	11.b	4.719	4.719	4.719	-	Patrimônio líquido	17	97.435	59.216	97.435	-
Despesas antecipadas	11.a	69	112	80	-	Capital		123.285	83.285	123.285	-
(Provisão para outros valores e bens)		(1.622)	(1.618)	(1.622)	-	De domiciliados no exterior		123.285	83.285	123.285	-
Realizável a longo prazo		59.983	57.524	60.162	-	Reserva de capital		95	95	95	-
Títulos e valores mobiliários	5	23.473	21.225	23.473	-	Ajustes de avaliação patrimonial		(12)	816	(12)	-
Carteira própria		14.152	14.827	14.152	-	Prejuízos acumulados		(25.933)	(24.980)	(25.933)	-
Vinculados a prestação de garantias		9.321	6.398	9.321	-						
Operações de crédito		9.985	9.466	9.985	-						
Setor público	7	-	549	-	-						
Setor privado	7	9.989	8.930	9.989	-						
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	(4)	(13)	(4)	-						
Outros créditos		26.525	26.801	26.704	-						
Rendas a receber	9.a	-	305	-	-						
Diversos	9.b	26.525	26.496	26.704	-						
Outros valores e bens		-	32	-	-						
Despesas antecipadas	11.a	-	32	-	-						
Permanente		12.336	1.187	10.930	-						
Investimentos		2.253	-	6	-						
Participações em controladas	24	2.253	-	-	-						
Outros Investimentos		-	-	6	-						
Imobilizado de uso	12.a	3.493	1.187	3.695	-						
Outras imobilizações de uso		5.523	2.782	5.955	-						
(Depreciações acumuladas)		(2.030)	(1.595)	(2.260)	-						
Intangível	12.b	6.590	-	7.229	-						
Ativos intangíveis		6.624	-	6.767	-						
(Amortizações acumuladas)		(34)	-	(142)	-						
Ágio na aquisição de investimentos		-	-	604	-						
Total do ativo		230.890	90.336	238.407	-	Total do passivo e do Patrimônio líquido		230.890	90.336	238.407	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A**Demonstrações de resultados**

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		<u>29.243</u>	<u>5.793</u>	<u>29.557</u>	-
Operações de crédito		21.187	1.092	21.187	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		8.056	4.701	8.370	-
Despesas da intermediação financeira		<u>(18.820)</u>	<u>(4.467)</u>	<u>(18.820)</u>	-
Operações de captação no mercado		(19.658)	(4.574)	(19.658)	-
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	<u>838</u>	<u>107</u>	<u>838</u>	-
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>10.423</u>	<u>1.326</u>	<u>10.737</u>	-
Outras receitas/despesas operacionais		<u>(8.346)</u>	<u>(10.794)</u>	<u>(8.532)</u>	-
Receitas de prestação de serviços	18	2.775	866	3.271	-
Despesas de pessoal	19	(5.519)	(2.304)	(5.730)	-
Outras despesas administrativas	20	(2.613)	(4.768)	(2.727)	-
Despesas tributárias		(778)	(228)	(851)	-
Resultado de investimentos em controladas	24	284	-	-	-
Outras receitas operacionais	21	129	782	129	-
Outras despesas operacionais	22	<u>(2.624)</u>	<u>(5.142)</u>	<u>(2.624)</u>	-
Resultado operacional		<u>2.077</u>	<u>(9.468)</u>	<u>2.205</u>	-
Resultado não operacional		-	<u>(4.428)</u>	-	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado		<u>2.077</u>	<u>(13.896)</u>	<u>2.205</u>	-
Imposto de renda e contribuição social		<u>(4.042)</u>	<u>24.771</u>	<u>(4.170)</u>	-
Ativo fiscal diferido		(3.198)	24.771	(3.198)	-
Imposto de renda	23	(419)	-	(489)	-
Contribuição social	23	(425)	-	(483)	-
Participações estatutárias		-	<u>(484)</u>	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do período		<u>(1.965)</u>	<u>10.391</u>	<u>(1.965)</u>	-
Quantidade de ações ordinárias		<u>117.670.000</u>	<u>117.670.000</u>	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - R\$		<u>(16,70)</u>	<u>88,31</u>	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)		<u>50.285</u>	<u>95</u>	<u>602</u>	<u>(35.371)</u>	<u>15.611</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	214	-	214
Aumento de capital	17.a	33.000	-	-	-	33.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.391	10.391
Saldos em 30 de junho de 2015		<u>83.285</u>	<u>95</u>	<u>816</u>	<u>(24.980)</u>	<u>59.216</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>103.285</u>	<u>95</u>	<u>982</u>	<u>(23.968)</u>	<u>80.394</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(994)	-	(994)
Aumento de capital	17.a	20.000	-	-	-	20.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(1.965)	(1.965)
Saldos em 30 de junho de 2016		<u>123.285</u>	<u>95</u>	<u>(12)</u>	<u>(25.933)</u>	<u>97.435</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido ajustado		280	(13.491)	19	-
Lucro (prejuízo) do período		(1.965)	10.391	(1.965)	-
Depreciação e amortização	20	309	127	332	-
Resultado de investimentos em controladas	24	284	-	-	-
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	838	107	838	-
Reversão de provisão administrativas		13	655	13	-
Constituição de Ativo fiscal diferido	10	801	(24.771)	801	-
Variação de ativos e passivos		1.709	(25.551)	2.886	-
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(5.531)	12.832	(5.531)	-
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	680	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		8	(2)	8	-
(Aumento) Redução em operações de crédito		1.161	(2.427)	1.161	-
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens		(70.752)	5.922	(70.749)	-
Aumento (Redução) em depósitos		76.584	(48.897)	76.584	-
Aumento em outras obrigações		239	7.021	733	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		1.989	(39.042)	2.905	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Alienação de imobilizado de uso		-	67	-	-
Aquisição de intangível		(6.624)	-	(6.624)	-
Aquisição de imobilizado		(1.574)	-	(1.752)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(8.198)	67	(8.376)	-
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento					
Aumento de Capital Social		20.000	33.000	20.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		20.000	33.000	20.000	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		13.791	(5.975)	14.529	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		32.563	16.145	33.193	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	46.354	10.170	47.722	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		13.791	(5.975)	14.529	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Bacen Central, a transferência de controle acionário do Banco Bracce S.A. para o Andorra Banc Agricol Reig S.A. (Andbank), mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andorra Banc Agricol Reig S.A (Andbank) adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. O grupo AndBank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento a longo prazo. O “Banco” está atuando na realização de operações estruturadas e de Mercado de Capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de Registro de Operações, Custódia, Agente de Pagamento, Conta vinculada, entre outros.

Em 06 de junho de 2016, o “Banco” adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda., passando, portanto, a focar na área de gestão de patrimônio, foco de atuação do controlador do resto do mundo. O Banco está em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil, as principais áreas de transformação são Backoffice e Frontoffice que inclui um portal para nossos clientes o que aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 10. Não obstante, o compromisso e a capacidade do controlador realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instituições do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (Bacen) e do comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), onde essas normas e instituições não foram conflitantes.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pela diretoria em 17 de novembro de 2016.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

2.2.4 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.6 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.7 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.8 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”. Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, a Administração não reconheceu perdas por “*impairment*”.

2.2.9 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho

Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda a e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A nova administração do “Banco”, baseada em Plano de Negócios aprovado pelo Banco Central, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.10 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.11 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.12 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.13 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.14 *Combinações de negócios*

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Instituição utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Instituição leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O Banco mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

2.2.15 *Investimentos*

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.16 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.17 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.18 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.19 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.20 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pela Circular BACEN nº 1.273/87.

Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta - LLA Holding Financeira Ltda., e indireta - LLA DTVM Ltda.

O Banco adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Ltda. no dia 06 de Junho de 2016. Dessa forma, as primeiras demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas para o 1º Semestre de 2016, não sendo aplicável a elaboração e divulgação dos valores consolidados para o 1º Semestre de 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Individual 2016	Individual 2015
Disponibilidades	206	10.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	46.148	-
Total	46.354	10.170
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Disponibilidades	260	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a) / (b)	47.462	-
Total	47.722	-

- (a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D + 1.
- (b) No consolidado, o total da rubrica de “Aplicações Interfinanceiras de Liquidez” é formado pelo montante de aplicações de recursos proprietários, considerado como caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 47.462 e pelo montante de aplicações - conta de terceiros no valor de R\$ 6.881, totalizando R\$ 54.343.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho 2016 e de 2015, os títulos e valores mobiliários estavam classificados na categoria “Títulos disponíveis para venda”, assim compostos:

a. Diversificação por tipo

	Individual 2016			Individual 2015		
	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.162	14.152	(10)	12.413	12.366	(47)
Letra Financeira Subordinada (LFSN)	3.084	3.084	-	-	-	-
Debêntures	5.182	5.182	-	2.473	2.461	(12)
Ações de companhias abertas	-	-	-	161	1.826	1.665
Cotas de fundos de investimentos (iii)	8.449	8.449	-	7.052	7.052	-
Total	30.877	30.866	(10)	22.099	23.705	1.606
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.323	9.321	(2)	6.414	6.398	(16)
	9.323	9.321	(2)	6.414	6.398	(16)
Total	40.200	40.187	(12)	28.513	30.103	1.590
	Consolidado 2016			Consolidado 2015		
	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.164	14.152	(10)	-	-	-
Letra financeira Subordinada (LFSN)	3.084	3.084	-	-	-	-
Debêntures	5.182	5.182	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos (iii)	8.449	8.449	-	-	-	-
Total	30.877	30.866	(10)	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.323	9.321	(2)	-	-	-
	9.323	9.321	(2)	-	-	-
Total	40.200	40.187	(12)	-	-	-

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria “títulos disponíveis para venda” foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2016 e de 2015, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são LFT's caucionadas em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

O Banco não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b. Diversificação por prazo

	Individual 2016	Individual 2015
Sem vencimento	8.449	8.878
A vencer até 360 dias	8.265	-
A vencer acima de 360 dias	23.473	21.225
	<u>40.187</u>	<u>30.103</u>
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Sem vencimento	8.449	-
A vencer até 360 dias	8.265	-
A vencer acima de 360 dias	23.473	-
	<u>40.187</u>	<u>-</u>

6 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

7 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2016 e de 2015, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Individual 2016	Individual 2015
Cédulas de crédito bancário (CCB)	13.311	14.687
Operações de crédito no ativo circulante	3.322	5.208
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	9.989	9.479
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Cédulas de crédito bancário (CCB)	13.311	-
Operações de crédito no ativo circulante	3.322	-
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	9.989	-

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Individual 2016				Individual 2015			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	615	5,21	-	-	1.045	7,27	191	62,16
De 91 a 180 dias	496	4,20	191	12,80	2.760	19,19	116	37,84
De 181 a 360 dias	718	6,06	-	-	1.096	7,62	-	-
Acima de 360 dias	9.989	84,53	1.302	87,20	9.479	65,92	-	-
Total	11.818	100,00	1.493	100,00	14.380	100,00	307	100,00

	Consolidado 2016				Consolidado 2016			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	615	5,21	-	-	-	-	-	-
De 91 a 180 dias	496	4,20	191	12,80	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	718	6,06	-	-	-	-	-	-
Acima de 360 dias	9.989	84,53	1.302	87,20	-	-	-	-
Total	11.818	100,00	1.493	100,00	-	-	-	-

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Individual 2016		Individual 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público: Outros serviços	550	4,13	1.411	9,61
Setor privado: Outros serviços	3.605	27,08	6.429	43,77
Pessoas físicas	9.156	68,79	6.847	46,62
	13.311	100,00	14.687	100,00

	Consolidado 2016		Consolidado 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público: Outros serviços	550	4,13	-	-
Setor privado: Outros serviços	3.605	27,08	-	-
Pessoas físicas	9.156	68,79	-	-
	13.311	100,00	-	-

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Individual 2016		Individual 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
10 maiores devedores	13.311	100,00	14.687	100,00
	<u>13.311</u>	<u>100,00</u>	<u>14.687</u>	<u>100,00</u>
	Consolidado 2016		Consolidado 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
10 maiores devedores	13.311	100,00	-	-
	<u>13.311</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% provisão	Individual 2016			Provisão	Individual 2015	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira		Total da carteira	Provisão
AA	-	9.156	-	9.156	-	8.957	-
A	0,5	2.662	-	2.662	13	4.786	24
B	1,00	-	-	-	-	-	-
C	10,00	-	-	-	-	944	28
E	30,00	-	191	191	58	-	-
F	50,00	-	-	-	-	-	-
G	70,00	-	-	-	-	-	-
H	100,00	-	1.302	1.302	1.302	-	-
Total		<u>11.818</u>	<u>1.493</u>	<u>13.311</u>	<u>1.373</u>	<u>14.687</u>	<u>52</u>
Nível de risco	% provisão	Consolidado 2016			Provisão	Consolidado 2015	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira		Total da carteira	Provisão
AA	-	9.156	-	9.156	-	-	-
A	0,5	2.662	-	2.662	13	-	-
B	1,00	-	-	-	-	-	-
C	10,00	-	-	-	-	-	-
E	30,00	-	191	191	58	-	-
F	50,00	-	-	-	-	-	-
G	70,00	-	-	-	-	-	-
H	100,00	-	1.302	1.302	1.302	-	-
Total		<u>11.818</u>	<u>1.493</u>	<u>13.311</u>	<u>1.373</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 191 (2015 - zero).

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Individual	
	2016	2015
Saldo inicial	2.145	164
Provisão	66	(112)
Reversão de provisão (a)	(838)	-
Créditos baixados para prejuízo	-	-
Total	1.373	52
	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	2.145	-
Provisão	66	-
Reversão de provisão (a)	(838)	-
Créditos baixados para prejuízo	-	-
Total	1.373	52

- (a) Refere-se basicamente a reversão da provisão de operação de crédito. Em 15 de março de 2016 foi efetuado um acordo do qual foi feito o pagamento parcial no valor de R\$ 808.

9 Outros créditos

a. Rendas a receber

	Individual 2016	Individual 2015
Comissionamento a receber (a)	234	843
Total	234	843
Ativo circulante	234	538
Ativo realizável a longo prazo	-	305
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Comissionamento a receber (a)	234	-
Comissões e Corretagens a receber (b)	453	-
Total	687	-
Ativo circulante	687	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-

- (a) Refere-se a rendas a receber de operações estruturadas de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs.
- (b) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos.

b. Diversos

	Individual 2016	Individual 2015
Créditos tributários (nota 10)	25.533	24.793
Títulos e crédito a receber (b)	89.588	1.036
Devedores diversos	477	1.261
Impostos e contribuições a compensar (a)	-	506
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	14	342
Devedores por depósitos em garantia (c)	865	810
Outros	159	108
Total	<u>116.636</u>	<u>28.856</u>
Ativo circulante	90.111	2.360
Ativo realizável a longo prazo	26.525	26.496
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Créditos tributários (nota 10)	25.533	-
Títulos e crédito a receber (b)	89.588	-
Devedores diversos	477	-
Impostos e contribuições a compensar (a)	179	-
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	45	-
Devedores por depósitos em garantia (c)	865	-
Outros	160	-
Total	<u>116.846</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	90.142	-
Ativo realizável a longo prazo	26.704	-

- (a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (b) Refere-se a valores de operações de registro de crédito rotativo realizadas com um parceiro (correspondente bancário). Essas operações são vinculadas e com 100 % de Garantia. O início das operações com o correspondente foi em abril de 2015, o aumento da carteira é reflexo do aumento das operações de crédito do parceiro.
- (c) Refere-se basicamente a depósitos para interposição de recursos trabalhistas e cíveis.

10 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: (redação dada pela Resolução nº 3355/06).

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O item I não se aplica às instituições recém constituídas ou que tiveram mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior.

Após a aquisição de 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A., e com a aquisição de 99,99% do controle acionário da LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (via LLA Holding Financeira Ltda.), os novos acionistas estimam consolidar o “Banco” no mercado Private visando um lucro tributável futuro que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo “Banco” e suas controladas e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2015 Individual e Consolidado	Constituição	Reversão	Saldo 30/06/2016 Individual e Consolidado
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros valores e bens	1.693	-	(345)	1.348
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.428	571	-	1.999
Passivos trabalhistas	115	29	-	144
Outras adições temporárias	529	201	-	730
Prejuízo fiscal compensável e base negativa, respectivamente	25.063	-	(3.751)	22.042
Total	28.828	801	(4.096)	25.533

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 7% no 1º ano, 11% no 2º ano, 5% no 3º ano, 9% no 4º ano, 16% no 5º ano e 52% nos demais anos consecutivos (até o ano de 2022 - período inferior a 10 anos).

O valor presente dos créditos tributários em 30 e junho de 2016, calculado com base na taxa Selic é de R\$ 12.411. Em 30 de junho de 2015 (R\$ 13.503).

No semestre findo em 30 de junho de 2016 o Banco não possui créditos tributários não ativados. Para o consolidado, o montante de créditos tributários não ativados é de R\$ 133.

11 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

	Individual 2016	Individual 2015
Despesas administrativas	69	144
Ativo circulante	69	112
Ativo realizável a longo prazo	-	32

	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Despesas administrativas	80	-
Ativo circulante	80	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-

b. Outros valores e bens

Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis, terrenos e veículos recebidos em dação de pagamento.

12 Permanente

a. Imobilizado de uso

		Individual 2016			Individual 2015
	Taxa de depreciação	Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.455	(1.212)	1.243	922
Equipamentos de informática/comunicação	10%	2.786	(766)	2.020	265
Veículos	10%	280	(51)	229	-
Equipamentos de segurança	20%	2	(1)	1	-
		<u>.523</u>	<u>2.030</u>	<u>3.493</u>	<u>1.187</u>
		Consolidado 2016			Consolidado 2016
	Taxa de depreciação	Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.539	(1.279)	1.260	-
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.133	(929)	2.204	-
Veículos	10%	280	(51)	229	-
Equipamentos de segurança	20%	3	(1)	2	-
		<u>5.955</u>	<u>2.260</u>	<u>3.695</u>	<u>-</u>

b. Ativos intangíveis

		Individual 2016			Individual 2015
	Taxa de depreciação	Intangível	Amort. acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis (a)	10%	6.624	(34)	6.590	-
		<u>6.624</u>	<u>(34)</u>	<u>6.590</u>	<u>-</u>

	Taxa de depreciação	Consolidado 2016			Consolidado 2015	
		Intangível	Amort. acumulada	Total	Total	
Ativos intangíveis (a)	10%	6.767	(142)	6.625	-	
Ágio na aquisição de investimentos (b)	-	604	-	604	-	
		<u>7.371</u>	<u>(142)</u>	<u>7.229</u>	<u>-</u>	

- (a) Refere-se ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, definição e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas.
- (b) No consolidado, refere-se ao ágio, baseado em expectativa de rentabilidade futura, da aquisição da LLA Holding Financeira Ltda. - conforme nota 24.

13 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	Individual 2016			Individual 2015	
	À vista	A prazo não ligadas	A prazo ligadas	Total	Total
Sem vencimento	2.997	-	-	2.997	1.265
Até 30 dias	-	84.610	-	84.610	1.408
De 31 a 60 dias	-	5.205	-	5.205	-
De 61 a 90 dias	-	482	-	482	1.222
De 91 a 180 dias	-	266	-	266	1.100
De 181 a 360 dias	-	10.302	-	10.302	4.577
Acima de 360 dias	-	11.065	2.495	13.560	11.834
Total	<u>2.997</u>	<u>111.930</u>	<u>2.495</u>	<u>117.422</u>	<u>21.406</u>
Passivo circulante				103.862	9.572
Passivo exigível a longo prazo				13.560	11.834

Vencimentos	Consolidado 2016			Consolidado 2015	
	À vista	A prazo não ligadas	A prazo ligadas	Total	Total
Sem vencimento	2.997	-	-	2.997	-
Até 30 dias	-	84.610	-	84.610	-
De 31 a 60 dias	-	5.205	-	5.205	-
De 61 a 90 dias	-	482	-	482	-
De 91 a 180 dias	-	266	-	266	-
De 181 a 360 dias	-	10.302	-	10.302	-
Acima de 360 dias	-	11.065	2.495	13.560	-
Total	<u>2.997</u>	<u>111.930</u>	<u>2.495</u>	<u>117.422</u>	<u>-</u>
Passivo circulante				103.862	-
Passivo exigível a longo prazo				13.560	-

b. Composição por segmento de mercado

	Individual 2016			Individual 2015
	À vista	A prazo	Total	Total
Composição				
Entidades ligadas	-	2.495	2.495	3.000
Governo	574	-	574	1.243
Pessoas físicas	354	919	1.273	3.176
Pessoas jurídicas	2.069	111.011	113.080	13.987
Total	2.997	114.425	117.722	21.406
	Consolidado 2016			Consolidado 2016
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
Entidades ligadas	-	2.495	2.495	-
Governo	574	-	574	-
Pessoas físicas	354	919	1.273	-
Pessoas jurídicas	2.069	111.011	113.080	-
Total	2.997	114.425	117.722	21.406

c. Concentração por depositantes

	Individual 2016			Individual 2015
	Depósitos			Depósitos
Concentração	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	2.745	78.361	81.106	14.566
50 seguintes	251	33.620	33.871	6.840
100 seguintes	1	2.444	2.445	-
Total	2.997	114.425	117.422	21.406
	Consolidado 2016			Consolidado 2015
Concentração	Depósitos			Depósitos
Concentração	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	2.745	78.361	81.106	-
50 seguintes	251	33.620	33.871	-
100 seguintes	1	2.444	2.445	-
Total	2.997	114.425	117.422	-

14 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	Individual 2016	Individual 2015
Provisão para riscos fiscais (nota 15)	272	255
Impostos e contribuições a recolher	1.433	230
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	632
	<u>1.705</u>	<u>1.117</u>
Passivo circulante	1.433	862
Passivo exigível a longo prazo	272	255
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Provisão para riscos fiscais (nota 15)	272	-
Impostos e contribuições a recolher	1.720	-
	<u>1.992</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	1.720	-
Passivo exigível a longo prazo	272	-

b. Diversas

	Individual 2016	Individual 2015
Fornecedores	665	320
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	4.397	3.778
Despesas de pessoal	2.021	410
Credores diversos (a)	2.317	2.108
Valores a pagar partes relacionadas (nota 16)	281	332
Aquisição de Bens	3.420	-
Outros	-	155
Total	<u>13.101</u>	<u>7.103</u>
Passivo circulante	7.686	1.218
Passivo exigível a longo prazo	5.415	5.885
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Fornecedores	795	-
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	4.397	-
Despesas de pessoal	2.574	-
Credores diversos (a)	2.264	-
Aquisição de Bens	3.420	-
Total	<u>13.450</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	8.035	-
Passivo exigível a longo prazo	5.415	-

- (a) Refere-se a basicamente a operações vinculadas de CCB (cédula de crédito bancário) combinada com CDBV (certificado de depósito bancário vinculado). O montante está vinculado a um processo de cobrança em esfera administrativa aguardando decisão judicial.

15 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Individual	Individual e Consolidado		
	31/12/2015	1º Semestre 2016		
	Saldo inicial	Constituições	Baixas	Saldo final
Riscos fiscais (nota 14.a) (a)	263	9	-	272
Riscos trabalhistas (nota 14.b) (b)	253	67	-	320
Riscos cíveis (nota 14.b) (c)	3.024	1.053	-	4.077
Saldos	3.540	1.129	-	4.669

- (a) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de IR/ISS, no montante de R\$ 272 (R\$ 255 em 2015). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como possível.
- (b) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (c) Refere-se basicamente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: No Contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do “Banco”, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o “Banco” for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, tendo em vista a eficácia comprovada do direito de regresso do “Banco”, representando assim um risco financeiro remoto ao Banco. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências fiscais avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 210 (R\$ 133 em 2015) para o individual e consolidado. Em 30 de junho de 2016 e 2015 não existiam contingências com risco de perda possível para as esferas civil e trabalhista.

16 Partes relacionadas

O “Banco” possui como controladora direta a Andbank (Brasil) Holding Ltda. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do “Banco” por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- LLA Participações Ltda.
- LLA Wealth Participações Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva e os mesmos receberam um total de R\$ 326 no 1º semestre de 2016 (R\$ 107 em 2015).

O “Banco” manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	1	9	6	23
Valores a pagar	(2)	(43)	(1)	(2)
LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	3	-	36	156
Valores a pagar	(12)	(403)	(12)	(47)
LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber	10	33	300	1.330
Valores a pagar	(267)	-	(319)	(1.424)
APW Consultores Financeiros				
Depósito a Prazo	(2.495)	-	(3.000)	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	14	42	342	1.509
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(281)	(446)	(332)	(1.473)
Total Depósito a Prazo	(2.495)	-	(3.000)	-

Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 20 de janeiro de 2016, o Banco aumentou seu capital no valor de 20.000, com emissões de 28.256.971 novas ações, o Banco Central homologou este aumento de capital em 26 de fevereiro de 2016. O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2016 está composto por 174.183.942 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social do Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 o Banco não constitui reservas de lucros em face do saldo do prejuízo acumulado.

18 Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Rendas de intermediação	34	-	2.672	-
Remuneração operação estruturada (a)	2.733	860	2.733	-
Tarifas bancárias	8	6	8	-
Rendas de outros serviços	-	-	30	-
	<u>2.775</u>	<u>866</u>	<u>5.443</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

19 Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Proventos	3.296	1.337	4.311	-
Encargos Sociais	1.071	439	1.453	-
Benefícios	793	393	1.053	-
Pro labore	326	107	431	-
Remuneração de estagiários	17	18	23	-
Treinamento	16	10	22	-
	<u>5.519</u>	<u>2.304</u>	<u>7.293</u>	<u>-</u>

20 Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços do sistema financeiro (a)	114	918	1.213	-
Serviços de terceiros	90	6	90	-
Serviços técnicos especializados (b)	323	2.587	461	-
Aluguéis	361	331	496	-
Amortizações e depreciações	309	127	332	-
Comunicações	321	212	434	-
Processamento de dados	547	392	770	-
Transporte	19	16	25	-
Condomínio	59	47	173	-
Publicação	85	25	85	-
Viagens	51	35	51	-
Outras	334	72	387	-
	<u>2.613</u>	<u>4.768</u>	<u>4.517</u>	<u>-</u>

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

(b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica. Em 2015 o valor refere-se basicamente a assessoria jurídica paga pela compra do Banco.

21 Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Interbancária	3	3	3	-
Variações monetárias ativas	-	1	10	-
Reversão de provisões operacionais (a)	-	654	-	-
Outras receitas operacionais (b)	126	124	126	-
	<u>129</u>	<u>782</u>	<u>139</u>	<u>-</u>

- (a) Em 2015, refere-se basicamente a reversão de provisão de participação dos lucros aos empregados.
(b) Refere-se basicamente a receita de processamento de dados.

22 Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Interbancária	5	5	5	-
Provisão B.N.D.U	-	1.557	-	-
Processo trabalhista (nota 15)	282	485	282	-
Variação monetária passiva	398	8	398	-
Processo cível (nota 15) (a)	939	3.084	939	-
Provisão outras despesas (b)	1.000	-	1.000	-
Outras	-	3	4	-
	<u>2.624</u>	<u>5.142</u>	<u>2.628</u>	<u>-</u>

- (a) Em 2015, refere-se a despesa com provisão com ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. O valor continua provisionado em 2016.
(b) Refere-se a provisão referente a operações vinculadas com a Nú Pagamentos, a provisão foi constituída devido o crescimento da carteira de operações.

23 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda Individual		Contribuição social Individual	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes da tributação e participação estatutária	2.077	(14.380)	2.077	(14.380)
Efeitos das adições/exclusões				
Adições permanentes	(233)	-	(233)	-
Despesas indedutíveis	-	4.494	-	4.494
Adições temporárias	-	-	-	-
Provisões Indedutíveis	281	5.424	281	5.424
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	2.125	(4.462)	2.125	(4.462)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	-	15.482	-	9.289
Base de cálculo	2.125	-	2.125	-
Alíquotas efetivas:				
Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	(419)	-	-	-
Contribuição social corrente - 20%	-	-	(425)	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	(419)	-	(425)	-

24 Participações em Controladas

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento		Resultado equivalência (a)	
						2016	2015	2016	2015
LLA Holding Ltda	850	635	1.580	98.525.837	99,99%	1.580	-	284	-
Ágio na aquisição de investimentos (b)	-	-	-	-	-	673	-	-	-
Total						2.253	-	284	-

(a) Refere-se ao resultado de equivalência calculado com base no resultado mensal de Junho, visto que o Banco adquiriu a empresa no dia 06 de Junho de 2016.

(b) Em 06 de junho de 2016, o “Banco” adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil, foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. Está em fase de elaboração o estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), por empresa contratada, especializada e independente e a alocação final do ágio poderá sofrer alterações e aprimoramentos até a finalização do estudo, que tem estimativa de conclusão até 12 meses, a partir da data da respectiva aquisição.

A controlada LLA Holding Ltda. através da LLA DTVM “Distribuidora”, concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores

mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Abaixo apresentamos um resumo das informações contábeis da controlada:

Saldos de Balanço em 30.06.2016

	LLA Holding Financeira 2016	LLA DTVM 2016
Disponibilidade	-	54
Aplicações Interfinanceiras	-	8.195
Outros Créditos	-	939
Outros Valores e Bens Permanente	-	11
	<u>1.581</u>	<u>242</u>
Total do Ativo	<u>1.581</u>	<u>9.441</u>
Outras Obrigações PL	1	8.011
	<u>1.580</u>	<u>1.430</u>
Total do Passivo	<u>1.581</u>	<u>9.441</u>

Demonstrações dos Resultados em 30.06.2016

	LLA Holding Financeira 2016	LLA DTVM 2016
Receitas com intermediação financeira	-	2.271
Resultado com tít. e valores mobiliários	-	2.271
Resultado de Investimento	635	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	(1.360)
Receitas de prestação de serviços	-	2.668
Despesas de pessoal	-	(1.774)
Despesas administrativas	-	(1.904)
Despesas tributárias	-	(356)
Outras receitas operacionais	-	10
Outras despesas operacionais	-	(4)
Resultado operacional	-	911
Resultado não operacional	-	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado	-	911
Imposto de renda e contribuição social	-	276
IR e CS	-	276
Lucro líquido do período	<u>635</u>	<u>635</u>

25 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194 ambas de 1 de março de 2013 e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência exigido PRE.

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"). Com isso a LLA DTVM Ltda e o "Banco" passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o "Banco" é líder sendo assim a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13 o banco passa informar as posições consolidadas. Em 30 de junho de 2016, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 54,43% (28,76% em 2015).

	2016	2015
Capital Social	124.225.990,38	84.225.990,38
(-) Deduções do Capital Social exceto ajustes prudenciais	25.310.119,61	25.189.578,98
Patrimônio de Referência (PR)	80.934.514,73	33.370.180,84
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	72.012.981,08	26.408.219,22
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	8.921.533,65	12.763.596,30

- b. Em 30 de junho de 2016 e de 2015 o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.
- c. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 427.874 (R\$ 343.758 em 2015).
- d. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

26 Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do "Banco" aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008 a Resolução nº 3.380/06, passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional, para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial.
- Taxas de juros.
- Preços de ações.
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo *Asset and Liability Committee* - ALCO.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do “Banco”, o processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.